



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 06 de abril de 2018

1 Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na sala de vídeo do Centro
2 Educacional Joana Benedicta Rangel, foi realizada Reunião Ordinária do Conselho das Cidades
3 de Maricá, tendo início às 09h00min. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares:
4 Adyr Ferreira da Motta Filho (Presidente); Cristiane Dutra; Eduardo Silva de Souza; Jorge
5 Rodrigues de Andrade; Rita de Cássia e os seguintes suplentes: Sandro Wagner Coelho Caldas;
6 André Luiz Costa Labre; Bruno Martins; Cesar Augusto Leite Santos; Itamar José Nascimento;
7 Rafael Ciodário da Silva; Washington Luiz da Silva. Estiveram presentes ainda o assessor
8 jurídico André Hacl Castro e o coordenador do processo de revisão do Plano Diretor, arquiteto
9 Antônio Augusto Veríssimo. A reunião foi iniciada pelo presidente Adyr que deu a todas as boas
10 vindas, situando os presentes sobre a pauta da reunião, informando inicialmente que ontem falou
11 com o Prefeito e que este o informou que foi aprovada, sem nenhuma modificação, a lei que criou
12 a AEIU-Nova Cidade (região de Cajueiros), o deixou o Secretário satisfeito porque há uma
13 antecipação de doação da área total, e que a Prefeitura teria aproximadamente 600.000m² a ser
14 doado. Informa ainda que o empreendedor teve que fazer uma doação antecipada de área para o
15 Tribunal de Justiça, e que tivemos discussões árduas para que fosse cumprido à risca todo o
16 roteiro dos estudos. Informa que o empreendedor doou área para construir a Estação de
17 Tratamento de Esgoto que similar à de Araruama. Informa que a Lei foi aprovada condicionando
18 a aprovação de qualquer projeto naquela área à prévia doação dessa área para a construção da
19 ETE. O Secretário informou ainda sobre a licitação para projetos de esgoto para Inoã e Itaipuaçu
20 esclarecendo que com o tempo isso vai para essa ETE (tipo *wetland*). Informou ainda que está
21 sendo criada a empresa municipal de Saneamento que assumirá o esgoto da cidade. Informou
22 ainda sobre a previsão de uma ETE com três elevatórias próxima ao aeroporto. Informa ainda que
23 somente o cinturão da lagoa irá tirar cerca de 60% do lançamento de esgoto em natura na lagoa, e
24 que a notícia da sanção da lei foi uma vitória para obtermos a área para fazer a ETE. O suplente
25 Washington diz que é uma boa notícia e que ele sempre falou disso nas reuniões. O Secretário
26 Adyr informa sobre o sistema de separador total com sondagem a cada 20 metros será metade do
27 valor do projeto. O conselheiro Eduardo diz que está preocupado, pois instalaram a tubulação da
28 Barra e que falta 1.5km. O Secretário Adyr informa que há alguns trechos que não tem
29 canalização. Informa que Irinaldo e ele fizeram reuniões com a Petrobrás, e que a compensação
30 passou para uma empresa do Estado que fez a licitação (Engebio); informa que a empresa
31 contratada não fez a obra, pois ela parou e que os efeitos são sofridos no Município. Informa que
32 a Petrobrás disse que começaria a obra e que agora parece que a CEDAE vai assumir a obra.
33 Instalaram a rede em Araçatiba e as pessoas começaram a ligar seus esgotos nessa rede, só que a
34 rede não está ligada no emissário, o que gerou como consequência o aumento da quantidade e
35 concentração da poluição. Informa que a Secretaria de Urbanismo notificou a Petrobrás, e que
36 tinham que dar uma satisfação à população. Prevê que o Tribunal de Contas da União irá
37 fiscalizar isso em algum momento. O conselheiro Jorge afirma que o dano ambiental é absurdo,
38 que essas ligações são clandestinas. O Secretário Adyr concorda que as ligações são clandestinas,
39 mas que as pessoas acreditam que estão fazendo correto, pois a rede de esgoto passa na frente das
40 casas deles. O conselheiro Jorge aduz que tem que ser considerada a comunicação aos
41 contribuintes para cessar isto. O Secretário Adyr informa que os moradores irão fazer filtro e
42 sumidouro novamente. O conselheiro Jorge diz que essas pessoas deviam contribuir para custear
43 o tratamento do esgoto. O secretário Adyr informa que terão que cobrar isto da Petrobrás e



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 06 de abril de 2018

44 notificar o Ministério Público também, e que essa é uma decisão do Prefeito. O conselheiro Jorge
45 afirma que todos sabem que a água e o esgoto são pagos. O conselheiro Eduardo informa que
46 esse tema já foi discutido em 2013, que eram 110 milhões para o cinturão e que acha estranho a
47 demora do Prefeito para notificar. Informa que gostaria de trazer essa discussão do saneamento
48 para o Concidade. O Secretário Adyr informa que o Irinaldo pode retornar para apresentar as
49 notícias atualizadas. O conselheiro Jorge disse que foi um dos assuntos da última reunião. A
50 Secretária de Habitação e Assentamentos Humanos, Rita de Cássia da Costa Rocha realizou
51 apresentação apresentando os eixos das atividades da Secretaria, quais sejam, a “requalificação”,
52 a “regularização fundiária plena”, a “remoção de riscos e vulnerabilidade”, as “atividades
53 educativas e de planejamento”, as “atividades do fundo” e a “organização do território”
54 (*intersetorialidade*). A respeito da regularização fundiária plena a Secretária apresentou o
55 redesenho urbanístico, a questão da infraestrutura adequada, dos conflitos fundiários, da
56 regularização de parcelamentos, da topografia, dentre outros temas de relevante importância para
57 o tema. Acerca da remoção de riscos e vulnerabilidade, a Secretária abortou, dentre outros temas,
58 a realocação por risco, a locação social e o centro de abrigo. Informou ainda a Secretária
59 que até agora se tem feito regularização só em áreas públicas, informando que há o processo mãe,
60 mas também é aberto um processo para cada família, haja vista que nas remoções o poder público
61 pergunta o que as pessoas acreditam ser necessário para as áreas. A Secretária mostrou o projeto
62 básico das creches. Eduardo e Rita abordaram a discussão sobre a área da CEDAE, informando
63 que a Prefeitura é dona dos terrenos e é feita só a cessão por tempo determinado, informando que
64 o Estado busca evitar a venda para destinação diferente e para situação social diferente. O
65 coordenador do Plano Diretor Antônio Veríssimo argumenta que com a mudança da legislação
66 aplicamos o título pleno, que não tem restrição de negociação e que entende que o município
67 pode escolher se usará ou não o título pleno. A Secretária Rita informa que faz isso em áreas
68 públicas, e que com a Lei de 2007 podemos fazer isso também em área privada. O suplente
69 Bruno questiona se isso pode ser feito para áreas vazias, sendo respondido pela Secretária Rita
70 que não pode, pois a lei visa resolver um passivo de áreas ocupadas. Informa que também estão
71 estudando a questão do IPTU nestas áreas, pois a população está sendo informada de que a
72 Prefeitura está adotando todas as medidas para regularizar moradias no Município. O suplente
73 Bruno afirma que pessoas perdem a propriedade porque não pagam IPTU. O Secretário Adyr
74 afirma que somente o pagamento de IPTU não garante propriedade. A Secretária Rita informa
75 que as pessoas é que devem custear as benfeitorias do local onde moram. O suplente Washington
76 pergunta se o título é conferido em nome da mulher, sendo respondido pela Secretária Rita que o
77 problema é quando a separação se dá durante o processo de titulação, pois aí há uma tensão entre
78 quem será o beneficiário do título. A Secretária Rita informa, a respeito das melhorias que estão
79 em andamento, que estas incorporam o cadastramento, a assessoria técnica, os projetos de
80 arquitetura, obras, fiscalização, prestação de contas entre outras. Informa também sobre
81 realização de estudos de melhoria habitacional em casas no Camburí (casa 50, casa 56, casa 60,
82 etc), e que são mais de 80 projetos. O coordenador do Plano Diretor Antônio Veríssimo sugere a
83 legalização urbanística em complementação às melhorias onde é feita a regularização fundiária.
84 O suplente Bruno informa, na condição de membro do MNLM, que o movimento acompanha as
85 áreas da habitação e que quer parabenizar o trabalho, pois como lutam pela regularização
86 fundiária no país, ver isso acontecer no município é muito bom, informando ainda que estão



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 06 de abril de 2018

87 levando este modo de regularização fundiária para fora de Maricá, saudando também a Secretaria
88 de Educação em fazer parceria com o MNLM. O Secretário Adyr afirma, a respeito do
89 saneamento, que se conseguirmos fazer o que planejamos até o fim do mandato, que será uma
90 revolução em Maricá e afirma que estamos preparados para os avanços no saneamento em
91 Maricá. Iniciada a apresentação dos projetos da Secretaria de Economia Solidária, os senhores
92 Caldeira e Joaquim abordaram os diversos projetos desenvolvidos por aquela Secretaria, tais
93 como feira livre, restaurante popular + escola gourmet, dois centros públicos, site de serviços de
94 profissionais liberais para buscarmos serviços, horta comunitária, comunas agroecológicas,
95 aumentar programas de transferência de renda (gestante/mumbuca/RBC/Jovens [mumbuca jofem
96 – 5º ao 9º ano – auxílio de R\$ 50,00 mensais para compra de livros, etc] + auxílio de R\$ 100,00
97 por mês depositado em um fundo que pode ser resgatado para a faculdade ou para cooperativa).
98 O Secretário Adyr indaga sobre a história das agrovilas e das comunas. Caldeira informa sobre o
99 desenvolvimento no Manu-Manuela de dar terra para o produtor, mas que tem que produzir para
100 vender no Município. Informa sobre a rendabásica do Cidadão (gestante R\$ 110,00 / jovem R\$
101 110,00 / mumbuca R\$ 110,00 / RBC R\$ 120,00-R\$ 130,00). Informa que é um impacto
102 orçamentário muito grande. Informa ainda sobre aulas de economia solidária nas escolas. O
103 Secretário Adyr opina no sentido de que o empreendedorismo também deve ser aplicado no
104 Município. O conselheiro Jorge informa que Cabral fez programa de cartão com recursos (\$) para
105 os professores, ao passo que indaga se com os alunos tem algum tipo de controle para usar
106 suprimindo o que eles efetivamente não possuem. Caldeira informa que temos controle social e
107 parceria com a Secretaria de Educação. O conselheiro Eduardo indaga porque os índios, que
108 recebem a mais (R\$ 300,00) não podem ter todos esses benefícios além dos R\$ 300,00. Joaquim
109 informa, a respeito do Banco Comunitário, que o programa é pago através de banco da
110 comunidade, logo o valor só pode ser gasto na comunidade. O programa trabalha o beneficiário e
111 com o comerciante, formando uma rede local. O comerciante abre uma conta no banco
112 comunitário. Cria-se um círculo virtuoso na economia do Município. O grande diferencial é que o
113 Banco Mumbuca é aberto à população, e não só para quem recebe o benefício da moeda
114 Mumbuca, mas para qualquer cidadão maricaensa. Informa que Maricá quer banco comunitário +
115 cooperativa + fundo solidário. Informa ainda que toda vez que se usa o seu banco, que há uma
116 taxa para o banco (cartão, todo uso tem taxa para o banco). Pelo cartão mumbuca, a taxa de 2%
117 vai para o Banco Mumbuca fazer investimento no próprio Município. Informa ainda que
118 inicialmente terão agência do Banco Mumbuca Inoã, Cordeirinho e Itaipuaçu. Informa que as
119 vantagens para o comerciante são taxa só de 2% e o fato de que o valor vai imediatamente e à
120 vista para a conta do comerciante. A Secretária Rita parabeniza a iniciativa, indagando se há
121 perspectiva de dar crédito pessoal e créditos para reforma. Joaquim informa que pode fazer o
122 “mumbuca casa”, e que o crédito habitacional está no foco sim. Informa que buscam estimular os
123 pequenos comerciantes a crescer, e que serão criadas linhas de crédito para isso. O suplente
124 André Luiz Costa Labre indaga sobre os critérios que devem ser atendidos pelos comerciantes
125 para receber pelo mumbuca. O suplente Cesar Augusto Leite Santos solicitou que haja
126 fiscalização nos comércios que praticam DOIS PREÇOS, um até a véspera do recebimento pelo
127 cartão mumbuca e outro nos dias que se seguem. Joaquim afirma que o consumidor não deve
128 aceitar esse preço. Disse para que não comprem. Diz ainda que o comerciante recebe à vista, ou
129 seja, que se mexer no preço, que seja para baixar, para dar desconto e não para majorar o preço.



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 06 de abril de 2018

130 O suplente Bruno afirma que só o cooperativismo gera a economia solidária. Joaquim afirma que
131 o Presidente Lula disse que a cooperativa é o mais alto patamar da ação humana. O conselheiro
132 Eduardo indaga se tem venda na horta comunitária. Caldeira afirma que não, pois ainda é só uma
133 horta comunitária. O Secretário Adyr, ao abordar a sugestão do conselheiro Jorge, informa que
134 queremos trazer o Julio Carolino na próxima reunião. Agradeceu a empolgação e o empenho,
135 disse que estamos vivendo um pouco de utopia aqui. Agrade a Secretária Rita pelo desempenho.
136 Agradece também ao Diego Zeidan por enviar seus representantes para realizar a apresentação. O
137 presidente Adyr agradece a presença de todos e encerra o encontro. A reunião teve seu término às
138 12h00min. Eu, André Hacl Castro, lavrei a presente ata.